



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

## **Informativo N° 47 - 15 de novembro de 2013**

### **1. Efeitos da estiagem prolongada**

À medida que os meses do final de 2013 avançam os efeitos da estiagem continuam a castigar fauna, flora e populações humanas do Semiárido nordestino. Esse quadro vem de 2012, mas se agrava continuamente devendo chegar a ponto extremamente crítico nos próximos 4 a 5 meses, ao fim dos quais chega a época das chuvas normais no Semiárido, nos meses de fevereiro e março de 2014. As obras de infraestrutura hídrica construídas ao longo das décadas passadas, somadas às medidas emergenciais, já não são suficientes para aplacar os danos que a falta de chuvas acarretam. No mês de junho último havia uma frota de 7.615 carros pipa abastecendo 1.119 municípios, conforme dados do Ministério da Integração Nacional e do Exército Brasileiro. Os efeitos da estiagem atingem os municípios em graus diferenciados conforme os mesmos estejam preparados para enfrentar aqueles efeitos.

No meio rural a falta de umidade no solo impede, por dois anos consecutivos, o cultivo das lavouras, o crescimento das pastagens para os rebanhos e a recarga dos açudes e barragens. Houve quebra de safras por dois anos seguidos com perdas quase totais. Os pecuaristas perderam também grande parte dos seus rebanhos produtivos. Os prejuízos são muito grandes. Os agricultores de perímetros irrigados que plantam frutas, legumes e hortaliças, que vinham com suas atividades quase normais, já estão perdendo suas cotas d'água para continuarem suas atividades.

No meio urbano, é cada vez maior o número de cidades que têm seus sistemas de abastecimento de água insuficientes para atender às populações, passando ao racionamento e por fim ao colapso total do abastecimento por torneiras. As companhias estaduais e municipais de abastecimento, em parceria com o Exército Brasileiro, passam então a usar frotas de carros pipas que recolhem água em açudes distantes, muitas vezes já com nível d'água bem abaixo da capacidade total, e distribuem para as populações que formam longas filas para receberem cotas diárias de água de 30 a 40 litros por família. Esta cota deve atender às necessidades de consumo direto, preparo dos alimentos, lavagem dos utensílios após as refeições, lavagem de roupa e higiene pessoal. Esse sistema dificulta o funcionamento normal de cidades de até dezenas de milhares de habitantes, com parte de suas populações muitas vezes habitando em edifícios de apartamentos. Escolas, hospitais, presídios, fábricas e outras organizações do sistema produtivo são extremamente prejudicadas pela falta d'água, chegando a interromper suas atividades.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

## **2. A convivência com a estiagem**

O Banco Mundial, o Ministério da Integração Nacional (MI), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Governo do Estado do Ceará realizaram, no final de outubro último, o “Seminário sobre Secas, Impactos e Respostas – Uma Análise da Seca de 2012-2013 no Nordeste e Contribuições para uma Política Nacional sobre Secas”. O evento, acontecido em Fortaleza, reuniu representantes do Governo Federal e dos estados nordestinos para uma discussão multissetorial dos efeitos e da convivência com a estiagem.

O Seminário buscou documentar a seca de 2012-2013, discutir a experiência do Nordeste e de outros lugares do mundo no enfrentamento de secas e extrair lições que possam ser úteis para melhorar a convivência e aumentar a resiliência do Nordeste ao fenômeno, promovendo melhor adaptação às variações atuais e futuras do clima. Procurou também avançar em aspectos importantes para a consolidação de uma política nacional sobre secas, sob a liderança do Ministério da Integração Nacional, com o apoio de outras instituições nacionais e internacionais.

Para assessores técnicos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), além do planejamento a longo prazo para a convivência com o problema da seca, o encontro também objetivou orientar ações imediatas. A assessoria da Funceme acredita que estamos vivenciando um ciclo severo de seca e ainda é prematuro falar em previsão para a estação chuvosa de 2014. Dessa forma, um evento para discutir como diversos países têm convivido com a seca é de suma relevância para que os governos, os agentes públicos e a sociedade civil compreendam a real situação do Nordeste e trace um planejamento de ações visando diminuir os impactos dessa estiagem e de um possível prolongamento dela.

## **3. Agência Nacional de Águas (ANA) restringe o uso da água para irrigação**

Segundo dados da ANA, a seca que vem afetando o Semiárido nordestino em 2012 e 2013 já deixou metade dos 504 reservatórios monitorados por aquela agência com menos de 30% da capacidade de armazenamento de água. "Esta é a pior seca nos últimos 30 anos. Se não tivermos um período de chuvas de janeiro a maio em 2014, para recuperar os reservatórios, a situação ficará gravíssima", disse o superintendente de Regulação da ANA, que acompanha a situação dos açudes e rios de domínio federal no Semiárido.

A ANA acompanha a situação de 45 açudes e seis rios de domínio federal no Semiárido, para garantir o abastecimento de água. Diante de um quadro tão grave, a ANA restringe o uso da água para atividades produtivas, como irrigação e piscicultura, e suas normas vêm sendo seguidas numa área que abrange 91 municípios e afeta uma população de cerca de 1,9 milhão de pessoas. Em alguns municípios que apresentam situações mais críticas a água só pode ser retirada do rio e dos açudes, para qualquer atividade produtiva, três vezes por



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

semana, das 2 às 11 horas. A recomendação da Agência é que não se faça irrigação entre 11 e 17 horas, período de maior evaporação, e que não se use o processo de irrigação por inundação.

A Agência também alerta para que não se inicie novas culturas até que a situação se normalize. A prioridade é o abastecimento humano e o consumo animal. O Ministério da Integração Nacional reconhece que 1.484 municípios estão em estado de emergência e que mais de 10 milhões de pessoas são atingidas. As lavouras dos perímetros irrigados estão ameaçadas, pois os açudes que suprem a água estão com níveis próximos do colapso.

A restrição para o uso da água nas lavouras dos perímetros irrigados da região acontece em momento de grande expansão e desenvolvimento da atividade. A produção de frutas, como melão, uva, manga, abacaxi, banana, melancia e mamão que atende à demanda local, é enviada para outras regiões do país e também para exportação.

#### **4. Conflitos pela água**

À medida que os açudes vão secando os municípios prejudicados e as companhias de abastecimento públicas procuram alternativas. Dentre essas estão os açudes mais distantes, porém essa opção, com o agravamento da seca, torna-se inviável, pois diversos municípios fazem a mesma prática, o que pode promover competição entre comunidades vizinhas. No mesmo sentido acontecem também outras disputas, por exemplo, por recursos governamentais; por adutoras emergenciais; por frequência de distribuição; por volume de água distribuído; pela prioridade para consumo humano em detrimento da criação animal, da produção de lavouras, do processamento industrial e da utilização pelo comércio, escolas e hospitais. Trata-se de repartir um recurso essencial e escasso em quantidade inferior à que ocorre em tempos normais.

Há outros agravantes, por exemplo, ocorrência de abertura irregular de comportas de açudes para a irrigação de lavouras; manifestantes que fecham rodovias em protesto contra a falta de água e exigem que o Governo Federal acelere as obras do Rio São Francisco para que região possa receber água e amenizar o problema da seca; e uma adesão crescente para essas manifestações. Esses fatos estão surgindo e tendem a ficar mais comuns com o agravamento da crise.

#### **5. Paraíba – racionalização do uso da água**

A Agência Executiva de Gestão das Águas (Aesa), do Estado da Paraíba, em seu relatório do mês de setembro, divulgou que mais de 40 municípios podem enfrentar racionamento em razão de os açudes que os abastecem estarem perdendo muita água por consumo e evaporação. Os técnicos da Agência apresentaram simulações para mostrar a situação dos



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

açudes que podem ficar abaixo do limite mínimo da capacidade antes do início da temporada de chuvas de 2014, considerando a hipótese de não ocorrer precipitação antes daquela data. Segundo os meteorologistas, o período de chuvas do Semiárido paraibano é nos meses de janeiro, fevereiro e março. Se não chover nesse período ou se as chuvas ficarem abaixo da média histórica, todo o ano de 2014 poderá ser seco.

A Secretaria de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia do Estado admitiu que a situação dos principais açudes da Paraíba é delicada e que, a partir das previsões apresentadas pela Aesa, será elaborado um planejamento para gerir os recursos hídricos e prevenir colapsos no abastecimento. Está sendo feito um levantamento de todas as barragens e açudes a fim de montar um plano para se antecipar um problema que poderá vir. A Secretaria afirmou, ainda, que no momento há cidades que estão em colapso de abastecimento, outras em racionamento e há necessidade de manter o controle real dessa situação. Há regiões em que as localidades estão com todos os açudes completamente secos, situação extremamente preocupante. Acrescentou que a possibilidade de racionamento da água também atingirá os agricultores. Para isso, será desenvolvido um calendário de irrigação, em que a água destinada ao campo será disponibilizada também em sistema de racionamento. Na região abastecida pelo açude Coremas, em função do baixo nível dos reservatórios, a ANA determinou a alternância nos dias de irrigação em municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Em outubro último, a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) apresentaram dados, que mostram que o uso racionalizado da água, o combate ao desperdício e a limitação da irrigação contribuíram para reduzir a vazão do açude Epitácio Pessoa, localizado no município de Boqueirão. O anúncio foi feito durante reunião na sede da Promotoria do Meio Ambiente na cidade de Campina Grande. O evento contou com a presença de representantes da ANA, prefeituras, Associação de Irrigantes e parlamentares.

Na ocasião, o presidente da Aesa divulgou que as medidas adotadas para evitar um colapso no abastecimento de Campina Grande e outras 20 cidades tinham dado um resultado positivo. Ressaltou que houve colaboração da sociedade para que as ações de economia de água por parte da Cagepa com medidas de contenção de desperdício atingissem as previsões.